Instruções para preenchimento de Carta Consulta

PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS MUTUÁRIOS PÚBLICOS SELEÇÃO CONTÍNUA

MODALIDADE: PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

VERSÃO 1.0 **(19/10/2018)**

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DE CARTA CONSULTA

FONTE: FINANCIAMENTO

MODALIDADE: PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Sumário

1.	ACE	SSO AO SISTEMA	4
	1.1.	Proponentes já cadastrados no sistema SELESAN	4
	1.2.	Primeiro acesso – cadastrar o proponente responsável pela(s) proposta(s)	4
2.	CAE	PASTRO DA PROPOSTA	9
	2.1.	Escolha da Modalidade	10
	2.2.	Identificação da carta-consulta	11
	2.3.	Contato	12
	2.4.	Planejamento	13
	2.5.	Localização	15
	2.6.	Empreendimento	16
	2.7.	QCI	19
	2.8.	Arquivos	20
	2.9.	Espelho da Proposta	21
Λ.	NEVO I	- MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E ANUIÊNCIA DO TITULAR DOS SERVICOS	22

A Instrução Normativa nº 22, de 3 de agosto de 2018, do Ministério das Cidades, publicada na Seção 1, página 87, do Diário Oficial da União (DOU), de 6 de agosto de 2018, regulamenta o processo seletivo para contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento — Mutuários Públicos.

O fluxo operacional da seleção regulamentada pela IN nº 22/2018 se dá de forma contínua e individual para cada proposta, ou seja, não há prazo inicial e final para o cadastramento de propostas por parte do proponente, como foram as Fases 1 e 2 do Programa Avançar Saneamento.

O cadastramento das propostas continuará a ser realizado através de preenchimento de formulário específico no sistema eletrônico próprio do Ministério das Cidades (SELESAN), disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br/selesan.

O presente Manual instrui o preenchimento da carta-consulta para a Modalidade **PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO** – Fonte: **FINANCIAMENTO**.

Para a modalidade **PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO**, atentar também para o item **2.10** da Instrução Normativa n° 39, de 24 de outubro de 2012.

Recomendamos ainda que antes do cadastramento de cartas consulta na Modalidade PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO, o Proponente leia atentamente orientações e recomendações do Ministério das Cidades disponíveis em http://www.cidades.gov.br/saneamento-cidades/pmsb, assim como observe o Termo de Referência para a Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico padrão elaborado por este Ministério e disponível em:

http://www.cidades.gov.br/images//stories/ArquivosSNSA/Arquivos PDF/snsa tdr padrao pmsb.pdf

1. ACESSO AO SISTEMA

1.1. Proponentes já cadastrados no sistema SELESAN

Proponentes que participaram do processo seletivo realizado no segundo semestre de 2017, ou no primeiro semestre de 2018, já possuem acesso ao sistema SELESAN por meio dos mesmos login e senha utilizados anteriormente.

ATENÇÃO: Em caso de necessidade de recuperação de senha, verifique o item 1.2-d) deste capítulo.

1.2. Primeiro acesso - cadastrar o proponente responsável pela(s) proposta(s)

O Proponente é o ente/entidade tomador do empréstimo, não necessariamente é o prestador do serviço de saneamento, e é o responsável pelo cadastramento da carta-consulta.

Cada Proponente através de seu cadastramento terá apenas um e-mail e uma senha para acesso ao sistema.

Para cadastrar um proponente de modo a acessar o sistema, basta seguir as etapas a seguir.

Acessar o endereço eletrônico: <u>www.cidades.gov.br/selesan</u>.

ATENÇÃO: Para a modalidade Plano de Saneamento Básico, nos casos em que o proponente não seja o titular dos serviços, há necessidade de ser firmado Termo de Compromisso entre eles, estabelecendo que o titular (município) tem conhecimento da elaboração do Plano de Saneamento Básico e que o mesmo será por ele supervisionado e aprovado, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do Programa Avançar Cidades – Saneamento, e no Anexo I deste Manual.

a) No menu do lado esquerdo da tela, clicar em "Novo Proponente"



b) Preencher TODOS os dados do responsável e depois clicar em SALVAR

ATENÇÃO: **Nesta etapa deve ser criado um login** (o login será o e-mail cadastrado na "*Identificação do Proponente*", de preferência, um e-mail institucional, e cadastrada a senha de acesso com, no mínimo, 6 caracteres.

O Proponente poderá ser Governo de Estado ou do Distrito Federal, Prefeitura Municipal, Empresa Pública ou Cia. de Saneamento/Sociedade de Economia Mista.

Na "Identificação do Proponente", devem ser preenchidos com os dados do órgão e, no quadro "Responsável Legal do Proponente" os dados do titular do cargo máximo do órgão (Governador, Prefeito, Diretor-Presidente).

Identificaçã	ão do Proponente	
Tipo de Prop	ponente • •	
Selecione		~
Nome do Pro	oponente/Razão Social * ❸	
CNPJ * 🚯		
UF * ⊕		
Selecione		~
Município *	θ	
Selecione		~
Endereço da	a Sede 🔞	
CEP * 🚯		
Telefone * 6	9	
A	Atenção: O e mail institucional cadastrado será aquele para a realização de login no sistema SELESAN.	
	O e mail será único por proponente e ficará vinculado ao CNPJ, portanto é necessário o uso de e mail institucional válido. Após o salvamento dos dados, será necessário validar o cadastro através do acesso à caixa de entrada do e mail cadastrado.	
	rypos o destrumento dos sedese, dela nocessario tandar o caudano antatos do accesso a carea do cinada do c	



Informações para o preenchimento - CADASTRO DO PROPONENTE

<u>Identificação do Proponente:</u>

Estes dados devem ser corretamente preenchidos, sendo considerados como referência para preenchimento do contrato entre o agente financeiro e o Proponente, bem como para o envio de correspondências.

Tipo de Proponente: Selecionar se o Proponente é Governo Estadual/Distrital, Prefeitura Municipal ou Companhia/Empresa de Saneamento.

Nome do Proponente/Razão Social: Preencher com o nome do Proponente tomador do recurso.

CNPJ: Mencionar o número de inscrição do Proponente no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.

UF: Preencher com a unidade da federação da sede do Proponente.

Município: Preencher com o município da sede do Proponente.

Endereço da Sede: Preencher com o endereço da sede do Proponente.

CEP: Preencher com o CEP da sede do Proponente.

Telefone: Preencher com o telefone da sede do Proponente.

E-mail institucional: Inserir e-mail institucional do órgão, por meio do qual será possível entrar no sistema para cadastramento das cartas-consultas (LOGIN).

Senha: Criar senha para acessar o sistema (mínimo 6 caracteres)

Confirme a senha: Repetir a senha criada, para confirmação.

Responsável Legal do Proponente:

Nome: Preencher o nome do responsável pelo Proponente. No caso de o Proponente ser Estado/Distrito Federal ou Município, o responsável é o chefe do Poder Executivo ou seu representante legal e, no caso de Companhia / Empresa de Saneamento, o responsável é o Presidente ou seu representante legal.

Cargo: Preencher o cargo que o responsável ocupa.

CPF: Preencher o número do cadastro de pessoa física do responsável legal pelo Proponente.

E-mail: Preencher o e-mail do responsável legal pelo Proponente.

Para garantir o sucesso da operação TODOS OS CAMPOS DEVEM ESTAR PREENCHIDOS. Em caso de falta de alguma informação ou erro de formato, o sistema produzirá alertas, mostrados na parte superior das telas, para verificação do preenchimento e validade das informações.

É OBRIGATÓRIO O SALVAMENTO EM CADA UMA DAS TELAS.

c) Após clicar em SALVAR, se os dados estiverem todos corretamente preenchidos deverá aparecer na tela a seguinte mensagem:

Foi encaminhada mensagem para validação de acesso ao Selesan para SEU E-MAIL"

	o: Proponente cadastrados com sucesso. nhada mensagem para validação de acesso ao Selesan para	a: teste@teste.com!
	Autenticação	
	Insira o e-mail informado no cadastro e sua senha para acessar o sistema.	Seja Bem Vindo ad
	E-mail 1	
	Senha	
	Lembrar de mim?	
	Acessar	
	Recuperar senha 😯	
	Novo Proponente 1	
Copyright ©	MCidades/CGMI 2017	_

Então, o sistema terá enviado um link, para o e-mail institucional cadastrado, no qual você deve clicar para validar o e-mail de acesso junto ao sistema de cadastramento de carta-consulta de saneamento – SELESAN.

Ao clicar no local indicado no e-mail recebido, será aberta tela do sistema com a mensagem: "INFORMAÇÃO: E-mail validado com sucesso". Neste ponto, o e-mail já estará validado e apto a acessar o SELESAN.

•	Informação: Email validado d	com sucessol	
		Autenticação	
		Insira o e-mail informado no cadastro e sua senha para acessar o sistema.	Seja Bem Vindo ao Selesan
		E-mail ≜	
		Acessar	
		Recuperar senha	
		Total Topolisiae 2	
	Copyright © MCi	dades/CGMI 2017	

[&]quot;Informação: Dados do proponente cadastrados com sucesso.

d) RECUPERAÇÃO DE SENHA DO RESPONSÁVEL

Em caso de perda da senha do login cadastrado, basta clicar em RECUPERAR SENHA, no menu do lado esquerdo da tela, informar o E-MAIL, e clicar em RECEBER E-MAIL COM INSTRUÇÕES. Então serão enviadas instruções ao e-mail cadastrado para criação de nova senha.





2. CADASTRO DA PROPOSTA

Para efetuar o cadastro de uma proposta, primeiramente o usuário deverá preencher o e-mail e a senha no campo Autenticação, no menu do lado esquerdo da página, e clicar em ACESSAR.



Em seguida aparecerá a tela inicial com o botão para "Incluir Nova Carta-consulta".

A(s) carta(s) consulta em preenchimento, ou com preenchimento finalizado, aparecerá(ão) listadas ao proponente no quadro azul abaixo do botão "*Incluir Nova Carta-consulta*", denominado "*Carta-consulta*". Para ter acesso à determinada carta, visando sua alteração (enquanto não finalizada) ou visualização, basta dar um duplo clique sobre ela.



ATENÇÃO: Enquanto a Carta Consulta estiver em preenchimento, o proponente pode retornar a ela a qualquer momento, podendo fazer alterações em todas as abas.

ATENÇÃO: Nos casos em que o proponente for o Governo do Estado ou a Companhia Regional de Saneamento, poderá ser cadastrada uma carta-consulta objetivando a execução de PMSBs para mais de um município. Nestes casos, a cartaconsulta deverá contemplar as informações referentes a cada município beneficiado. Ressaltando que, nestes casos, deverá ser firmado Termo de Compromisso entre o proponente e os titulares dos serviços (municípios), conforme Anexo I.

2.1. Escolha da Modalidade

Ao clicar em incluir carta-consulta, aparecerão todas as modalidades possíveis para cadastramento de proposta, neste momento você deve escolher a modalidade requerida.



Uma vez escolhida a modalidade, inicia-se o processo de cadastramento da carta-consulta que será feito com o preenchimento de 8 abas que vão se abrindo à medida que a anterior for salva corretamente.

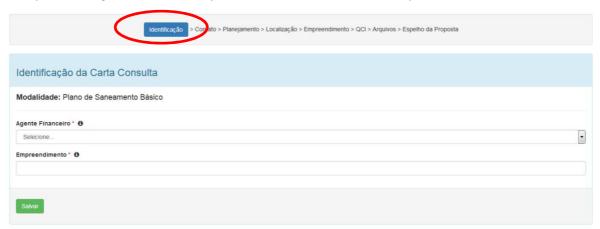
2.2. Identificação da carta-consulta

Após a escolha da modalidade, a primeira aba a ser preenchida é a aba "*Identificação*", onde deverão ser inseridos:

Agente Financeiro: Selecionar o agente financeiro com o qual o proponente pretende firmar contrato de financiamento.

Empreendimento: Campo destinado ao nome do empreendimento. Deverá conter de forma sucinta o título do empreendimento/projeto/plano. O tamanho do texto deve ser menor do que 400 caracteres.

Exemplo: Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de XXX

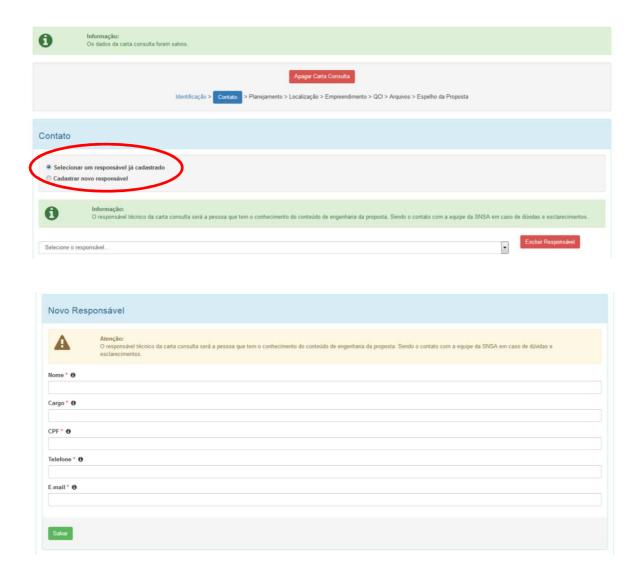


Ao final do preenchimento, clique em SALVAR, que o sistema encaminhará o usuário à próxima aba "*Contato*".

2.3. Contato

A aba "*Contato*" deverá ser preenchida com os dados do contato técnico, que consiste na pessoa com conhecimento técnico do empreendimento que possa dar esclarecimentos adicionais e tirar dúvidas quanto aos dados contidos na carta-consulta.

A partir da segunda carta-consulta a ser cadastrada, o nome do contato técnico já estará salvo e, se for mantido o mesmo contato, bastará clicar em "Selecionar um responsável já cadastrado" e procurar na barra de rolagem.



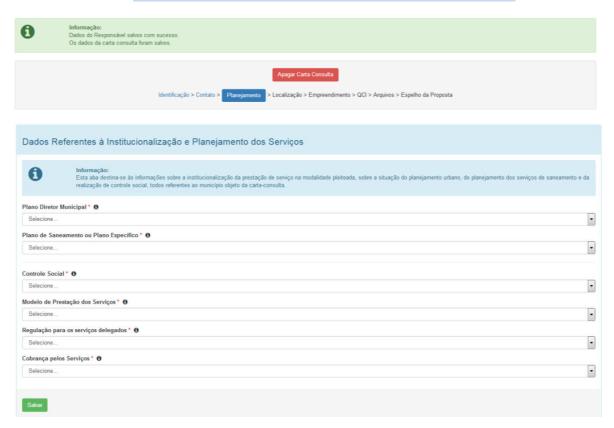
Preenchidos os dados do contato técnico, deve-se clicar em SALVAR, que o sistema encaminha o usuário para a aba "*Planejamento*".

2.4. Planejamento

Esta aba destina-se às informações referentes à institucionalização da prestação de serviço na modalidade pleiteada, sobre a situação do planejamento urbano, do planejamento dos serviços de saneamento e da realização de controle social, todos referentes ao município objeto da carta-consulta.

Importante ressaltar que as informações impactam diretamente no enquadramento e na priorização das propostas, e que todos os documentos comprobatórios das informações fornecidas nesta aba deverão ser inseridos ao final do preenchimento da carta-consulta na aba "Arquivos".

ATENÇÃO: Nos casos em que a carta-consulta envolva mais de um município, apesar de o sistema não dar a opção de preenchimento para cada município nesta aba, estas informações deverão ser prestadas para cada um. Isto poderá ser feito por esclarecimentos nos campos descritivos na aba Empreendimentos, sendo que os documentos a serem arquivados na aba "Arquivos" deverão ser referentes a todos os municípios.



Informações para o preenchimento – PLANEJAMENTO:

Plano Diretor Municipal: Assinalar se existe plano diretor. O plano diretor deve ser considerado existente quando existe lei que o aprova. Se a resposta for afirmativa, ao final do preenchimento, na aba "**Arquivo**" deverá ser anexada a lei que o aprova.

Plano de Saneamento ou Plano Específico: Assinalar se possui plano de saneamento ou plano específico para a modalidade.

Em caso afirmativo, aparecerá uma caixa para a escolha do tipo de plano existente, se geral, específico ou regional. Conforme a Lei Federal n° 11.445, de 05 de janeiro 2007, o plano de saneamento básico deve ser aprovado mediante lei. Na aba "*Arquivos*" anexar o Plano existente e a lei que o aprova.

ATENÇÃO: Segundo a IN 39/2012, na existência de Plano Específico, por exemplo, Plano de Abastecimento de Água, é possível a solicitação de recursos para a elaboração de Plano de Saneamento Básico para os demais componentes do saneamento básico e a atualização e compatibilização com o Plano Específico existente. Nestes casos, o proponente deve deixar claro esta situação na carta consulta, e anexar na aba "**Arquivos**" o Plano Específico existente.

ATENÇÃO: Para proponentes que já possuem Plano de Saneamento Básico, será permitida a solicitação de atualização do mesmo. Neste caso deixar claro o motivo da revisão e/ou atualização, e anexar na aba "*Arquivos*" o Plano existente.

Controle Social: A Lei nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, estabelece que o titular dos serviços de saneamento deve estabelecer mecanismos de controle social. Portanto, neste campo, assinalar se o Controle Social já está instituído no município e, em caso afirmativo, anexar cópia da lei que comprova a instituição do controle social por meio do órgão colegiado, ao final do preenchimento da carta-consulta na aba "*Arquivos*".

Modelo de Prestação de Serviços: Assinalar qual o modelo da prestação dos serviços em questão.

ATENÇÃO: Como o Plano Municipal de Saneamento Básico é referente aos quatro componentes do saneamento básico, e os modelos de prestação destes serviços normalmente são distintos, sugere-se que neste campo seja respondido o modelo de prestação de abastecimento de água, e que na aba "Empreendimento", no campo descritivo "Diagnóstico..." sejam descritos quais são os modelos de prestação de serviços para os 4 componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos urbanos).

Regulação para os serviços delegados: Assinalar se existe regulação dos serviços. Sugere-se obedecer a mesma lógica de preenchimento indicada no item acima "Modelo de Prestação de Serviços" – "ATENÇÃO".

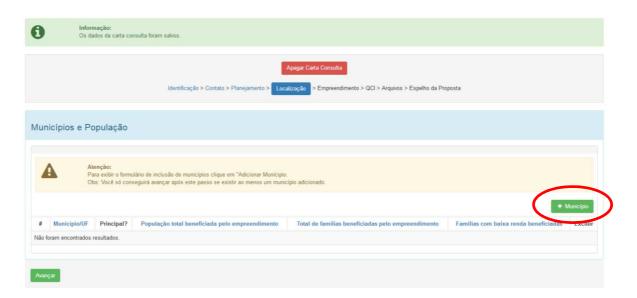
Cobrança pelos serviços: Informar se é feita a cobrança pela prestação de serviço. Sugere-se obedecer a mesma lógica de preenchimento indicada no item acima "Modelo de Prestação de Serviços" – "ATENÇÃO".

Preenchidos os dados referentes à institucionalização e planejamento dos serviços, deve-se clicar em SALVAR que o sistema encaminhará o usuário para a próxima aba "*Localização*".

2.5. Localização

Na aba Localização, serão informados dados do(s) município(s), da população, das famílias beneficiadas e da localização do empreendimento.

O primeiro passo deve ser a inclusão do(s) município(s) beneficiado(s) pela proposta. O sistema apresenta uma lista com o nome de todos os municípios do Brasil. Basta iniciar a digitação e fazer a seleção, assim que o nome correto estiver disponível.



Informações para o preenchimento – MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO

Uma vez selecionado um município, o passo seguinte deve ser a inserção dos dados de população relativos àquele município e ao empreendimento em questão, conforme especificados abaixo:

População total beneficiada pelo empreendimento: População diretamente beneficiada em número de habitantes. Não deve ser maior que a população total do município selecionado.

ATENÇÃO: No caso de elaboração de PMSB, como ele deve ser realizado de forma a abranger todo o território do município, a população beneficiada pelo empreendimento será a população total do município.

Total de famílias beneficiadas pelo empreendimento: População beneficiada em número de famílias.

Famílias com baixa renda beneficiadas: Número de famílias beneficiadas com renda menor ou igual a

R\$ 1.600,00. Deve ser menor ou igual ao total de famílias beneficiadas pelo empreendimento.

ATENÇÃO: Caso a proposta contemple mais de um município beneficiado, as operações de inclusão de um (novo) município e inserção dos dados de população devem ser repetidas.

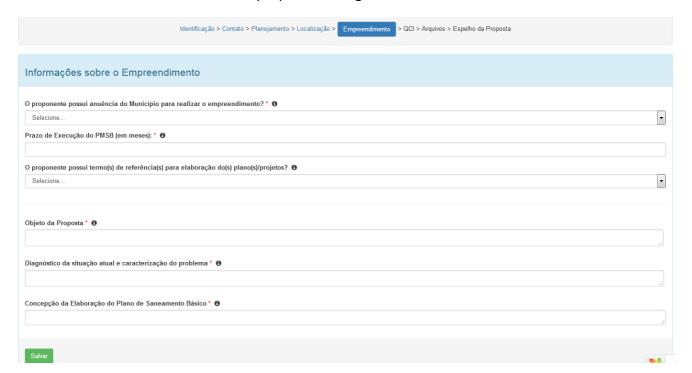
Nos casos em que o objeto da carta consulta envolver mais de um município, um deles deve ser marcado como "município principal". O "município principal" deve ser considerado aquele com maior número de intervenções e/ou maior valor de investimento relativo a ele.

Se a proposta contemplar apenas um município, apesar de ser exclusivo, este deve ser marcado como "município principal".

Preenchidos os dados referentes à Localização, deve-se clicar em SALVAR ou AVANÇAR, que o sistema encaminhará o usuário para a próxima aba "*Empreendimento*".

2.6. Empreendimento

O preenchimento dos campos constantes nesta aba subsidiará a análise técnica da proposta. É importante que sejam preenchidos corretamente, e, posteriormente na aba "*Arquivos*", deverão ser anexados os documentos necessários que comprovem as informações prestadas nesta aba e deem subsídio ao entendimento técnico da proposta de engenharia.



Informações para o preenchimento – EMPREENDIMENTO

O proponente possui anuência do Município para realizar o empreendimento? Informar Sim ou Não. Se o proponente for o próprio município, basta informar Sim. Caso o proponente seja o Governo Estadual ou Companhia Regional de Saneamento, informar (Sim ou Não) se possui a anuência do Município para realizar a elaboração do Plano de Saneamento Básico, e em caso afirmativo anexar o Termo de Compromisso na aba "*Arquivos*".

ATENÇÃO: Para a modalidade Plano de Saneamento Básico, nos casos em que o proponente não seja o titular dos serviços, há necessidade de ser firmado Termo de Compromisso entre eles, estabelecendo que o titular (município) tem conhecimento da elaboração do Plano de Saneamento Básico e que o mesmo será por ele supervisionado e aprovado, conforme modelo disponível no sítio eletrônico do Programa Avançar Cidades – Saneamento, e no Anexo I deste Manual.

Prazo de Execução do Empreendimento (em meses): número de meses previsto para o completo desenvolvimento do PMSB, a ser extraído do cronograma físico-financeiro da intervenção, se disponível.

O proponente possui Termo de Referência para a elaboração do Estudo e/ou Projeto? Informar Sim ou Não. Anexar na aba "*Arquivos*" o Termo de Referência a ser utilizado para a contratação do Plano de Saneamento Básico.

ATENÇÃO: Verificar as orientações do Ministério das Cidades para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, assim como o "Termo de Referência para Elaboração de Plano de Saneamento Básico", disponível no sítio eletrônico www.cidades.gov.br/saneamento-cidades/pmsb.

CAMPOS DESCRITIVOS:

Os campos descritivos são destinados à descrição da proposta como um todo, e são divididos nos itens abaixo:

Objeto da Proposta: neste campo deve ser apresentada uma descrição detalhada, clara, objetiva e precisa do que se pretende executar com o recurso financeiro solicitado.

Obrigatoriamente, o preenchimento deste campo deve conter: a natureza do empreendimento proposto (elaboração, revisão ou complementação), além da discriminação dos tipos ou níveis de estudos e projetos para os quais os recursos serão destinados e da especificação da região atendida.

Exemplo:

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de XXXX, com a atualização e compatibilização com o Plano de Manejo de Águas Pluviais já existente no município.

Diagnóstico da situação atual e Caracterização do problema: descrever de forma sucinta a situação atual e o diagnóstico dos serviços públicos de saneamento básico do(s) município(s), englobando as zonas urbana e rural, cruzando informações socioeconômicas, ambientais, técnicas e institucionais.

A descrição deve conter os seguintes itens:

- (1) diagnóstico da situação atual da prestação e cobertura dos serviços no município;
- (2) caracterização da forma em que os serviços são estruturados e prestados atualmente;
- (3) caracterização da problemática, abordando as atuais condições de saneamento e os problemas enfrentados no município;
- (4) compatibilização da proposição com as diretrizes de Planos Existentes.

Concepção do Empreendimento Proposto: apresentar o conteúdo a ser abordado, assim como a estrutura que será montada para a elaboração do PMSB, conforme "Termo de Referência para Elaboração de Plano de Saneamento Básico", disponível no sítio eletrônico www.cidades.gov.br/saneamento-cidades/pmsb. A descrição deverá abordar e descrever sucintamente os Produtos que comporão o PMSB.

ATENÇÃO: As propostas de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico deverão contemplar necessariamente seus 04 (quatro) componentes do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais e deverão abranger todo o território físico do município.

Preenchidos os dados referentes à Empreendimento, clique em SALVAR que o sistema o encaminhará para a próxima aba "*QCI*".

2.7. QCI

Nesta Aba, destinada ao preenchimento do Quadro de Composição do Investimento, devem ser informadas as quantidades e os valores de empréstimo e de contrapartida previstos para cada um dos Itens Financiáveis do empreendimento proposto.

Atenção: a contrapartida mínima não pode ser inferior a 5% do Valor de Investimento, ademais o proponente deverá verificar junto ao agente financeiro escolhido a contrapartida mínima exigida por ele.

Item	Unidade	Quantidade	Empréstimo	Contrapartida	Investimento	% do Investimento Tota
Plano de Trabalho e de Mobilização Social	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Diagnóstico	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Prognóstico, objetivos e metas	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Programas, projetos e ações	UN		R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Monitoramento e Avaliação	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Relatório Final e Anteprojeto de Lei ou Decreto de aprovação	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Gerenciamento do projeto (aplicável para VI superior a R\$ 1,0 milhão)	UN		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0 %
Totais			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100 %

São válidas as seguintes definições:

Valor de Empréstimo: Valor do empreendimento a ser financiado por meio de uma operação crédito associada a um Contrato de Financiamento a ser firmado entre um Agente Financeiro e um Mutuário (no caso, o proponente da carta-consulta em preenchimento).

Contrapartida: Valor aportado pelo proponente para compor o valor total do empreendimento, vedada a previsão de uso de recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

Valor do Investimento: Valor total do empreendimento, calculado automaticamente pelo sistema e equivalente a soma dos valores de financiamento (empréstimo) e contrapartida informados.

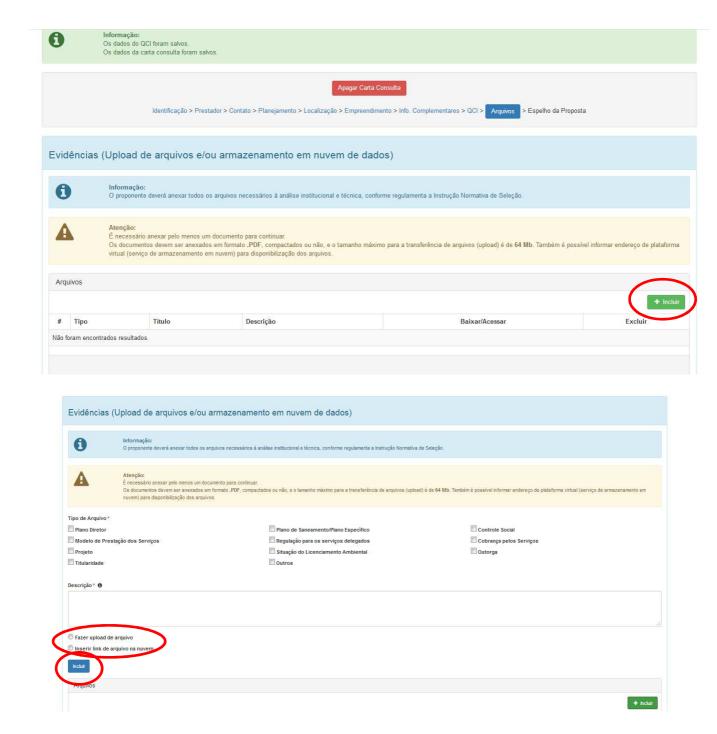
ATENÇÃO: Os itens constantes no quadro do QCI, disponível para o preenchimento da carta-consulta, já contempla os itens financiáveis pelo programa, e podem ser melhor entendidos na leitura da Instrução Normativa nº. 39/2012 do Ministério das Cidades.

2.8. Arquivos

Aba destinada à anexação de todos os arquivos necessários à análise institucional e técnica, conforme regulamenta a Instrução Normativa de Seleção.

Os documentos devem ser anexados em formato ".pdf", compactados ou não. Também é possível informar endereço de plataforma virtual (serviço de armazenamento em nuvem) para disponibilização dos arquivos.

Ao clicar em "+ Incluir", além da anexação da documentação haverá um campo descritivo, em que o proponente deverá indicar quais as documentações estão inclusas no arquivo que ele está anexando.



2.9. Espelho da Proposta

Esta Aba, denominada Espelho da Proposta, sintetiza todos os dados inseridos nas Abas Anteriores, permitirá ao Proponente que verifique de forma geral o conteúdo de sua proposta.

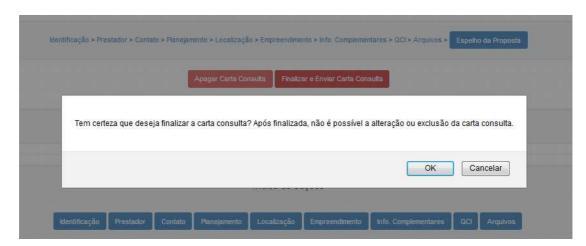
Nesta aba o proponente poderá "Apagar Carta Consulta", opção que exclui toda carta-consulta por ele inserida, ou "Finalizar e Enviar Carta Consulta", opção que finaliza o cadastro e envia a proposta para análise do Ministério das Cidades.

ATENÇÃO: Ao clicar em "Finalizar e Enviar Carta Consulta", ela não poderá mais ser alterada pelo proponente.

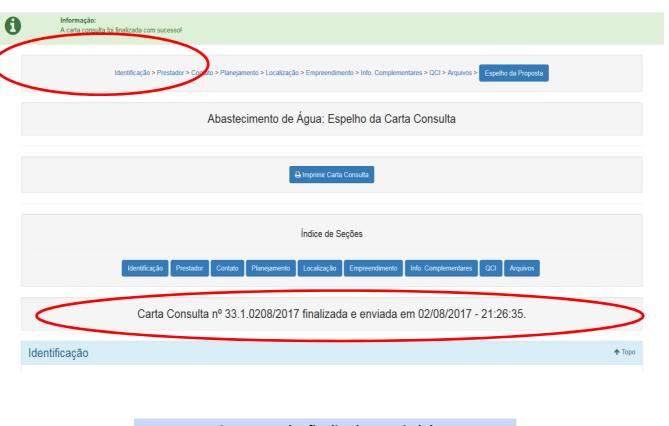
Somente é possível "Apagar a carta consulta" enquanto ela não for finalizada e enviada.



Ao clicar em "Finalizar e Enviar Carta Consulta" aparecerá um aviso para confirmar sua finalização "Tem certeza que deseja finalizar a carta consulta? Após finalizada, não é possível a alteração ou exclusão da carta consulta":



Após a confirmação da finalização da carta-consulta aparecerá um aviso no canto superior esquerdo da tela e a informação contendo o número da carta-consulta e o horário do envio na parte de baixo:



Carta consulta finalizada e enviada!

Permanece com dúvidas? Envie e mail para: selesan@cidades.gov.br

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E ANUÊNCIA DO TITULAR DOS SERVIÇOS

TERMO DE COMPROMISSO E ANUÊNCIA DO TITULAR DOS SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO** (inserir nome oficial do Município e Estado em que se insere), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. (inserir número), com sede na (inserir endereço com CEP), neste ato representado por seu (sua) **Prefeito** (a) Municipal, o Sr(a). (inserir nome, nacionalidade, estado civil, profissão, número de inscrição no CPF/MF e endereço), e a/o **MUTUÁRIO** - **TOMADOR** (inserir nome do tomador de recursos, empresa prestadora de serviços ou estado), inscrita no CNPJ sob nº. (inserir número), aqui representada por seu (inserir cargo - Diretor-Presidente ou Governador) o (a) Sr(a). (inserir nome, nacionalidade, estado civil, profissão, número de inscrição no CPF/MF e endereço).

CONSIDERANDO a seleção de propostas, por parte do Governo Federal, de operações de crédito destinadas à aplicação de recursos na modalidade Plano de Saneamento Básico, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, que tenha como Mutuário - Tomador o *(inserir o nome da empresa prestadora de serviços ou estado)*:

CONSIDERANDO que a responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico é do titular dos serviços de saneamento, conforme estabelece o Art. 9º da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

CONSIDERANDO que o plano de saneamento básico, ou o eventual plano específico, poderá ser elaborado mediante apoio técnico ou financeiro prestado por outros entes da Federação, pelo prestador dos serviços ou por instituições universitárias ou de pesquisa científica, garantida a participação das comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil, conforme estabelece o § 3º, do Art. 25 do decreto regulamentador da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

CONSIDERANDO que o Ministério das Cidades estabelece em seus normativos a necessidade, no caso do Tomador – Mutuário da operação de crédito para a elaboração de **Plano de Saneamento Básico** ser diferente do titular dos serviços, do conhecimento prévio, da anuência e do compromisso de que a sua elaboração será por este supervisionada e aprovada, conforme Item 5.4 da Instrução Normativa nº 22, de 3 de agosto de 2018.

DELIBERAM as partes ao início nomeadas em subscrever o presente **TERMO**, no qual assumem o **COMPROMISSO** de:

I – MUNICÍPIO DE (INSERIR O NOME DO MUNICÍPIO) - TITULAR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

a) declara ter ciência do empreendimento proposto e assume o compromisso, no caso de não ser o mutuário - tomador, de supervisionar e aprovar a elaboração do plano de saneamento básico, de modo a garantir os dispositivos previstos da Lei de Saneamento e seu decreto regulamentador, assim como observar, em sua totalidade, as orientações e diretrizes constantes do documento "Termo de Referência para Elaboração de Plano de Saneamento Básico", disponível no sítio eletrônico www.cidades.gov.br.

II - MUTUÁRIO TOMADOR (INSERIR O NOME DO TOMADOR)

a) declara assegurar ao titular dos serviços de saneamento a supervisão e aprovação da elaboração do plano de saneamento básico, de modo a garantir os dispositivos previstos da Lei de Saneamento e seu decreto regulamentador, assim como observar, em sua totalidade, as orientações e diretrizes constantes do documento "Termo de Referência para Elaboração de Plano de Saneamento Básico", disponível no sítio eletrônico www.cidades.gov.br.

(Local, data)

Pelo Tomador:

(assinatura do representante legal do tomador)

Pelo Prestador:

(assinatura do representante legal da empresa)